

JORNAL SEM TERRA: COMUNICAÇÃO POPULAR NA DISPUTA POLÍTICA

Joana Tavares Pinto da Cunha¹

Resumo

O artigo pretende apresentar como a mídia atuou na consolidação da esfera pública burguesa, e como ela age hoje nas discussões que dizem respeito a um público alijado do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente no campo. O objeto de estudo para isso é o Jornal Sem Terra, publicação ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que circula desde 1981. O trabalho irá apresentar como a não distribuição da propriedade rural levou ao surgimento de grupos organizados pela luta por reforma agrária, que lançaram mão de estratégias de comunicação para dialogar com sua base social e fazer disputa de ideias na sociedade.

Palavras-chave: esfera pública; reforma agrária; Jornal Sem Terra; comunicação popular, MST.

“E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbio, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.”

Ferreira Gullar

Introdução

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, são apresentadas considerações sobre o conceito de esfera pública, a partir da leitura de Gomes (2006) e contribuições de Maia (2006). Na segunda, se discute a origem da mídia, a partir da periodização das fases do jornalismo, baseada em Marcondes Filho (2002). Na terceira parte, são descritos elementos de três publicações da imprensa camponesa: os jornais Terra Livre, Liga e o Jornal Sem Terra, como exemplo de publicações fora do parâmetro da mídia hegemônica. Serão feitas ainda algumas considerações finais.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Correio da autora: joanatavares@usp.br.

1. Considerações sobre o conceito de esfera pública

Há uma leitura consagrada na ciência da comunicação de que o desenvolvimento da comunicação de massa não apenas coincidiu, mas em grande medida foi responsável e ajudou a forjar um novo momento na história da humanidade, em que passou a predominar a razão e os valores iluministas, o momento que superou a Idade Média, constituiu a modernidade e teve como nova classe dominante a burguesia.

A facilidade da impressão possibilitada pelos tipos móveis, a partir da invenção da prensa gráfica, ampliou o acesso à leitura, fomentou a venda de livros e jornais, além de outros periódicos, como revistas, folhetins, veículos acadêmicos. A partir daí, foi constituída uma esfera de debate público, principalmente a partir do século XVIII.

Genericamente, os jornais contribuíram para o aparecimento da opinião pública, termo que tem seu primeiro registro em francês por volta de 1750; em inglês, em 1781; e em alemão, em 1793. Esse desenvolvimento foi redefinido na última geração como o surgimento da 'esfera pública', graças a um influente livro de Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, lançado em 1962. Para ser mais exato, a expressão foi difundida pela tradução de uma palavra cunhada por Habermas: *Öffentlichkeit* (literalmente 'publicidade', no sentido amplo de 'tornar público') foi traduzida por uma expressão espacial mais explícita, uma transformação que, em si, nos diz algo sobre o processo de comunicação entre culturas. (BRIGGS e BURKE, 2004, p. 80).

Mereceu a atenção de outros autores a tradução do termo *Öffentlichkeit*, que pode levar a distintas interpretações posteriores. Wilson Gomes (2006) relata que a publicação do livro de Habermas “não chegou a provocar grandes efeitos no ambiente filosófico de língua alemã” (p. 53), pois a ideia de uma fala pública sobre negócios políticos não expressava uma grande novidade, e sim a noção de que a comunicação e a cultura de massa poderiam transformar essa esfera. Gomes aponta que a tradução do livro no final da década de 1980 para a língua inglesa reacendeu a discussão, colocando o conceito no centro do debate da comunicação política, relacionando-o com a democracia deliberativa, opinião pública e potencialidades da internet.

O autor expõe que hoje há pelo menos cinco sentidos para o termo 'esfera pública', descritos assim:

- 1) esfera pública como o domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre o qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social, que acredito ser o sentido mais original da expressão; 2) esfera pública como a arena pública, isto é, como o *locus* da discussão sobre temas de interesse comum

conduzida por agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto é, como o *locus* onde temas, ideias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como interação social, como sociabilidade. (GOMES, 2006, p. 56)

Seja qual a concepção empregada – e concordando que cada uma delas encerra potencialidades e especificidades – a noção de esfera pública se ampara no entendimento que há uma mediação entre a sociedade civil e a sociedade política, que a democracia se sustenta na ideia de publicidade das coisas de interesse comum. É nessa mediação e no tornar público que entram os meios de comunicação de massa, como ferramentas da sociedade civil para empreender o que Gomes chama de “conversação civil”, produção de debates e discursos que podem impactar a agenda política, mas não se confundem com ela.

O autor ressalta ainda que o debate público hoje já não se realiza nos espaços de sociabilidade burguesa, que já não representam a esfera civil como um todo, e dependem dos “meios de comunicação de longo alcance”, que não fazem essa mediação desprovidos de interesses.

1.1 Pautar a mídia para ter visibilidade

Rouseley Maia (2006) adota a visão de que a mídia é um subsistema social, “composto por um conjunto de instituições típicas e um grupo de especialistas” (p. 21). A partir dessa leitura, os vários subsistemas da vida social se relacionam, com relativa autonomia.

Ela sustenta que a construção do espaço de visibilidade midiática é um processo complexo, que envolve interesses e atores distintos. Defende ainda que os governos (a sociedade política) frequentemente precisam responder ou tomar atitudes frente debates colocados pela sociedade civil, pautados pela esfera midiática.

Apesar de frisar que a mídia não é diretamente responsável por “qualquer desenvolvimento político específico”, pois esses dependem de outras complexas ações, a autora compartilha da ideia de que cabe aos membros da sociedade civil, “particularmente os atores coletivos”, negociar a visibilidade de seus temas e causas pela mídia, para assim ganhar existência pública.

Ela defende que esse é o caminho a ser tomado por “atores cívicos localizados na periferia do sistema político”, ou os “contra-públicos subalternos”, paralelamente aos outros esforços de luta, ainda que enfrentem “graves obstáculos”.

O tema que nos interessa aqui é justamente a potencial expressão desses grupos coletivos organizados, em que medida ela pode acontecer, quais são os obstáculos para isso e porque eles ocorrem. Para isso, trataremos a seguir da origem da mídia como aparato da burguesia, e como públicos fora dessa classe social ficam à margem do processo.

2. Os excluídos da esfera pública burguesa

A origem dos meios de comunicação de massa e da própria esfera pública está diretamente ligada à ascensão da burguesia como classe dominante. Com o desenvolvimento tecnológico e da própria sociedade, cada vez mais a mídia foi se tornando não apenas uma ferramenta de potencial debate público de ideias, mas também um negócio, uma indústria. Para exemplificar essa afirmação, recorreremos à periodização das fases do jornalismo apresentada por Marcondes Filho (2002), conforme proposta por Habermas.

A primeira fase do jornalismo vai de 1789 até a metade do século XIX. A burguesia, como nova classe dominante, subverte a lógica aristocrática do controle da informação, e passa a patrocinar a exposição de tudo. Nesse período, o principal objetivo não é econômico, mas sim pedagógico. É nessa época que se funda a esfera pública.

A segunda fase acompanha a inovação tecnológica que transforma o jornal em grande empresa capitalista, por volta de 1875, em países da Europa e nos Estados Unidos. A terceira fase, já no século XX, corresponde ao desenvolvimento dos monopólios. Formam-se os grandes conglomerados de mídia, e aumenta-se volumosamente a tiragem dos jornais. O autor brasileiro acrescenta à periodização de Habermas um “quarto e último jornalismo”, que teve seu início por volta dos anos de 1970 e se caracteriza pelo desenvolvimento das tecnologias, que levam a uma confusão ainda maior entre interesses públicos e privados, a um excesso de informações “em tempo real”, à precedência de imagens sobre o texto.

Esse processo também se deu em países fora do eixo central, ainda que alguns anos mais tarde. No caso do Brasil, com a consolidação da República e a ascensão da burguesia, o jornal se transforma em uma empresa capitalista. (SODRÉ, 1966).

Dadas essas transformações no caráter da mídia, não há como discutir seu papel na esfera pública sem levar em consideração quem a controla. Analisar efetivamente como se dá seu controle merece uma investigação mais aprofundada, mas destaca-se que, apesar das diferenças entre os distintos grupos, conglomerados e mesmo entre os tipos de mídia, é nítido seu controle por parcelas da sociedade detentoras de poder econômico.

Assim, constata-se que resta aos excluídos desse controle operar dentro de limites muito bem definidos: não dirigem os jornais, não têm acesso à produção dos diferentes produtos midiáticos, não têm como pautar seus interesses diretamente através dos aparatos da comunicação de massa. Sendo assim, complexifica-se a ideia de que precisam “negociar a visibilidade de seus temas e causas pela mídia, para assim ganhar existência pública”, como exposto anteriormente.

No universo daqueles que não detêm o poder econômico, encontram-se as classes trabalhadoras de forma geral. Para não estender na polêmica sobre quem constituiu essa classe no Brasil, ficaremos com a aceção de Gramsci de “classes subalternas”, como aqueles que se opõem aos “hegemônicos” e “dominantes”. (BARATTA, 2011).

Entre esses grupos subordinados aos detentores do poder hegemônico, no Brasil, estão os camponeses e trabalhadores rurais, privados historicamente do acesso à posse da terra.

3. Luta pela terra no Brasil e imprensa camponesa

Desde o início da colonização do Brasil, a posse da terra foi fundamental para a manutenção do poder das classes dirigentes. Como explica Martins (1990a), mesmo com a emergência do trabalho livre, foram mantidos os elementos que garantiam a economia colonial, “para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil” (p. 13). Essa manobra foi possível essencialmente através do controle contínuo da elite sobre a propriedade rural, conforme se observa na Lei de Terras de 1850, que instituiu o controle privado e a renda da terra, excluindo de seu acesso aqueles que não podiam pagar e garantindo seu monopólio de classe.

O mesmo autor (1990b) sustenta que os excluídos no campo - um campesinato que já nasceu expropriado, migrante, itinerante e insubmisso – sempre travaram lutas em defesa de seu direito à terra e à produção, ainda que essas lutas pudessem ser classificadas como

“pré-políticas”, devido ao próprio caráter pré-político da estrutura social em que se inseriam.

A partir das décadas de 1940 e 1950, formas de manifestação como os movimentos messiânicos e o cangaço, com a crise do coronelismo, são substituídas por organizações como as ligas camponesas e os sindicatos. Martins aponta que entre o final dos anos 40 e o golpe de 64 foram várias as novas formas de organização.

Uma das estratégias dessas novas formas organizacionais dos camponeses foi a construção de ferramentas de comunicação, voltadas tanto para seu público interno, mas, fundamentalmente, para apoiadores da causa nos meios urbanos. Esse tipo de imprensa segue uma tradição operária de elaboração de jornais políticos, presente desde o início do século XX.

É uma forma de comunicação popular que pretende romper com a limitação imposta pelas formas e critérios da mídia hegemônica, buscando pautar seus interesses e visão de mundo mais livremente. Em que pese suas dificuldades de impressão e circulação – certamente não atingiam o mesmo público dos grandes veículos da época – essas iniciativas sinalizam um entendimento do papel da mídia em circular ideias e um esforço no sentido de configurar uma nova esfera pública, ou de alargar a noção do que pode ser público e publicizado. Sinalizam que entendem que para a constituição de uma fala pública mais plural e que considere seus pontos de vista, precisam também se aventurar pelo terreno da comunicação, além das mobilizações sociais.

3.1 Jornais Terra Livre e Liga

O jornal *Terra Livre*, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), circulou de 1949 a 1964, sendo fechado com o golpe militar. A redação era em São Paulo, ainda que por um período não fosse fixa, era feito e circulava “na mais absoluta clandestinidade” (TERRA LIVRE, maio de 1963). O jornal tinha circulação mensal, ainda que ocasionalmente ficasse sem rodar e tivesse espaços de tempo maiores entre uma edição e outra, e chegou a alcançar a tiragem de 15 mil exemplares. Não era vendido em bancas, mas enviado por correios aos assinantes, militantes em todos os estados do país e apoiadores da causa.

O jornal, assim como os camponeses, nasceu pobre, mas lutando. Em pouco tempo, apesar de todas as dificuldades, circulando com atraso, e só contando com

o auxílio dos camponeses, dos operários, também pobres, e de um grupo de intelectuais, o jornal pequeno transformou-se no tira-sono dos latifundiários exploradores, dos norte-americanos donos das máquinas de algodão e dos frigoríficos e de inúmeros outros inimigos. Foi o mesmo que mexer em vespeiro o lançamento do jornal. [...] Nesses anos muito contribuiu para a realização das conferências e congressos de camponeses, levantou a palavra de ordem de reforma agrária, com a terra para os que nela trabalham e ajudou na organização dos sindicatos e associações no campo. (TERRA LIVRE, maio de 1963).

Leonilde de Medeiros (1995), em seu estudo sobre o papel da imprensa partidária dos trabalhadores rurais na construção de uma identidade de classe, aponta que vários processos ocorreram para que os conflitos e aspirações dessa população pudessem ser vistos e reconhecidos na esfera pública, devido a “alternativas organizativas com alguma durabilidade e à existência de canais de comunicação entre situações distintas que pudessem promover a formulação de pontos comuns”. O jornal *Terra Livre* foi, segundo a autora, um instrumento na constituição da linguagem de classe dos trabalhadores rurais.

Outro jornal camponês desse período é o *Liga*, das Ligas Camponesas do Nordeste, que depois se expandiram para outros estados brasileiros. Apesar de ter sido um movimento forte e com diferenças de leitura internamente, o jornal era ligado a Francisco Julião, advogado e deputado líder das Ligas do Nordeste, que o dirigiu desde a primeira edição, de outubro de 1962 até a última, de abril de 1964.

Uma análise mais detalhada do conteúdo do jornal – que não será aprofundada aqui – pode demonstrar as divergências de linha política entre o PCB e as Ligas. O movimento liderado e o jornal dirigido por Julião defendiam uma aliança “operário-camponesa” para “levar ao poder o Povo” (LIGA, out. 1962), criticando a tática do PCB, que no momento defendia uma frente única com a burguesia contra o imperialismo e o feudalismo.

O jornal tinha textos e ilustrações voltados para o camponês e seu modo de vida, além de denúncias de trabalho escravo e baixos salários, notícias de greves urbanas, novidades da revolução cubana, matérias de política internacional, cultura, artigos para estudo, uma coluna sobre a imprensa popular, informações sobre o movimento estudantil e artigos políticos sobre a luta no Brasil.

Em comum, os dois jornais compartilham a defesa da reforma agrária e denunciam as injustiças sociais. Também possuem a característica de não serem produzidos diretamente pelos camponeses, mas situam a intenção política e o esforço de pautar temas e

características do modo de vida camponês que não encontravam espaço na mídia hegemônica, buscando alargar a compreensão sobre a realidade desse grupo social.

3.4. MST e Jornal Sem Terra

Recorrendo novamente a Martins (1990b), vemos que os distintos projetos para o campesinato – do PCB, da Igreja, das Ligas Camponesas e do Partido Trabalhista – foram reprimidos pelo golpe de 1964, que colocou em prática a proposta da burguesia e do imperialismo, materializada no Estatuto da Terra. Com ele, havia a proposta de transformar os minifúndios e latifúndios em empresas rurais, restando aos camponeses pobres a colonização de novas áreas. Mas nem isso ocorreu de modo satisfatório e o que se processou no país foi o aumento da concentração da terra e a ampliação da atuação das empresas capitalistas no campo.

Mas a população rural continuou se organizado, apesar da proibição do regime. A partir do final da década de 1970 começam a ocorrer ocupações de terra como forma de pressionar o assentamento de famílias sem-terra, “na encruzilhada entre o êxodo para as cidades e a tentativa de permanência no campo” (STEDILE, 1996).

Em 1980, centenas de famílias ocupam uma fazenda no Rio Grande do Sul e permanecem acampadas por três anos. Houve tentativas de deslocá-las para projetos de colonização no norte, mas a maioria manteve sua intenção de ser assentada no local e a desapropriação foi, enfim, feita. Foi lá que começou a circular o *Boletim de Solidariedade às Famílias Sem Terra*, que depois seria transformado no *Jornal Sem Terra*.

O Boletim, feito na capital do Rio Grande do Sul pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra do RS, era parte da estratégia das famílias acampadas para romper com o cerco promovido pela polícia. A região, que havia sido ocupada por barracos de “armação de bambu, cobertos de plásticos, lonas e, grande parte, apenas de capim” (BOLETIM SEM TERRA, maio 1981), foi cercada e as duas extremidades da estrada foram fechadas, impedindo a circulação. Depoimento de uma acampada na época, Maria Izabel Grein, explica os objetivos da publicação:

A gente mandava bilhetes para Porto Alegre e o pessoal de lá escrevia o que estava acontecendo fora do acampamento. Assim, o boletim cumpria uma dupla finalidade: informava os amigos da situação que nós vivíamos e repassava as informações para quem estava confinado lá dentro (JORNAL BRASIL DE FATO, maio de 2011).

Durante os três anos em que circulou na forma de boletim (1981 a 1984), ele não possuía periodicidade fixa, oscilando entre semanal e quinzenal e com um tiragem na casa de 700 exemplares. Na fundação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano seguinte, foi decidido que o boletim passaria a ter abrangência nacional, com 12 páginas, formato tabloide, e tiragem de 10 mil exemplares por mês. Em julho do ano 1984, circula a primeira impressão do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, depois simplificado para *Jornal Sem Terra*.

Atualmente o jornal está em sua edição 318, conta com 16 páginas, possui circulação mensal e tiragem de 20 mil exemplares, voltados tanto para sua base social como para assinantes apoiadores. Em 2007, foi editado o primeiro encarte das crianças, chamado “Sem Terrinha”, que desde então acompanha a publicação. É um jornal ligado à direção do MST, com autonomia financeira e política.

Ao longo desses mais de 30 anos, o jornal acompanhou as mudanças de leitura que a organização fez da questão da luta pela terra. O campo brasileiro passou por uma série de mudanças desde a década de 1980, com o desenvolvimento do agronegócio e a persistente não realização da reforma agrária, e o MST passa a pautar, através de seu jornal, a necessidade de transformações profundas na sociedade como um todo. Defende a realização de uma reforma agrária que priorize a agricultura familiar e a agroecologia, uma transformação mais profunda que a simples distribuição da terra.

4. Considerações finais

Buscamos apresentar neste artigo como a noção de esfera pública pode ser complementada a partir da compreensão de que existem classes sociais que foram excluídas da possibilidade de possuírem seus próprios meios de comunicação de massa, tendo reduzida assim sua capacidade de atuação na esfera pública. Essas classes têm mais dificuldade de pautar seus interesses e visão de mundo na mídia hegemônica e, ao mesmo tempo, criam instrumentos de alcance limitado para divulgar suas ideias.

Diversas análises já demonstraram como a relação de grandes conglomerados de mídia com outros grupos econômicos fazem com que a cobertura dos temas ligados às organizações do campo, em especial do MST, seja frequentemente negativa, focada na ideia de atraso e baderna. (Berger, 1998; Carter, 2010; Intervezes, 2011; Souza, 2004).

É evidente que os três jornais aqui apresentados não possuem a mesma condição de concorrer na disputa de imaginários com a sociedade, pois não têm o mesmo alcance dos meios massivos. Mas demonstram, em sua existência, que pautar a mídia para ter visibilidade não é o único caminho possível para tornarem públicas suas causas. A comunicação popular, aliada a outros processos de mobilização social, possui um potencial comunicativo e político que merece ser levado em conta.

A necessária democratização da sociedade passa pela democratização da mídia, que pode assim exercer seu poder de mediar o debate público com mais representatividade e pluralidade. Para isso, é essencial não apenas a inclusão de vozes marginais no debate hegemônico, mas também o fortalecimento das experiências de comunicação popular. Acreditamos, por fim, que esse fortalecimento passa por mudanças na compreensão social da importância desses veículos e também por seu estudo mais aprofundado e sistemático.

Referências:

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BRIGG, Ana; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

INTERVOZES. Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Relatório Intervozes**. São Paulo, 2011.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública. In: MAIA, E.; CASTRO, M. C. P. S (org.) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, E.; CASTRO, M. C. P. S (org.) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Editora Hucitec: São Paulo, 1990.(a)

_____. **Os camponeses e a política no Brasil** – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1990.(b)

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 4, julho, 1995. p. 50-65.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

STEDILE, J. P; FERNANDES, B. M. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES, Joana. Trinta anos de história impressa. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6397>>. Acesso em 29 set. 2012.

Periódicos consultados:

JORNAL SEM TERRA. São Paulo. 1981 -.

LIGA. Rio de Janeiro. 1962 -1964.

TERRA LIVRE. São Paulo. 1949-1964.